

Inventado em Campinas, feijão-carioca perde seu criador

‘Carioquinha’, que não é do Rio, responde por 2/3 do feijão consumido no País

Por Moara Semeghini

Os cariocas comem feijão preto, mas o feijão-carioca, que é marrom, é paulista e o preferido da maioria dos brasileiros. Responsável por cerca de dois terços de todo o feijão consumido no Brasil, o feijão-carioca, apesar do nome, não nasceu no Rio de Janeiro, mas em Campinas (SP), a partir de pesquisas conduzidas no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). O “inventor” foi o pesquisador e engenheiro agrônomo Luiz D’Artagnan de Almeida, que morreu no início deste ano, aos 84 anos, no dia 2 de janeiro. A morte foi divulgada pelo IAC na última semana.

Conhecido como o “pai do Carioquinha”, D’Artagnan foi o responsável por chefiar os testes agrônômicos e culinários que levaram ao lançamento oficial da variedade em 1969. À época, o feijão-carioca representou uma inovação significativa para a agricultura brasileira, reunindo produtividade elevada, maior resistência a doenças e pragas, além de boa aceitação culinária.

A história do grão começou em 1966, quando sementes rajadas foram encaminhadas ao IAC para avaliação. O material havia sido apresentado pelo engenheiro



Sebastião Araújo/Embrapa

O feijão-carioca, apesar do nome, não nasceu no Rio de Janeiro, mas em Campinas, no IAC

agrônomo Waldimir Coronado Antunes. Coube a D’Artagnan, ao lado dos pesquisadores Shiro Miyasaka e Hermógenes Freitas Leitão Filho, conduzir as análises que comprovaram o potencial da variedade. Três anos depois, o feijão foi oficialmente lançado e incorporado ao programa de produção de sementes básicas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

Segundo o pesquisador do IAC Alisson Fernando Chiorato, que atua com melhoramento

genético do feijão, o sucesso do carioca se deve a um conjunto de fatores. “Era uma variedade mais produtiva, resistente a doenças, cozinhava mais rápido, fazia um bom caldo e tinha sabor agradável”, explicou em entrevista anterior. Além disso, houve um esforço intenso de divulgação junto aos agricultores paulistas, o que ajudou a consolidar o grão no mercado interno.

O feijão-carioca, no entanto, não teve a mesma aceitação fora do Brasil, o que limitou possi-

bilidades de exportação em momentos de excesso de produção. Ainda assim, sua hegemonia no consumo nacional se manteve ao longo das décadas. Na década de 1970, com a implantação do Programa de Melhoramento Genético do Feijão, a variedade se consolidou como a preferida dos brasileiros, alcançando cerca de 66% do consumo nacional — índice que permanece como referência até hoje.

O nome “carioca” também desperta curiosidade. De acordo

com o IAC, a denominação surgiu pela semelhança da coloração marrom-rajada do grão com a pelagem de uma raça de porco caipira conhecida como “carioca”, criada no interior paulista. Desde então, ao menos 42 variações do feijão-carioca foram desenvolvidas pelo instituto.

Luiz D’Artagnan de Almeida ingressou no IAC em 1967 e atuou na instituição até sua aposentadoria, em 2002, na então Seção de Leguminosas. Ao longo da carreira, recebeu diversas homenagens por sua contribuição à agricultura brasileira. Seu legado permanece presente diariamente na mesa de milhões de brasileiros, para quem o feijão-carioca segue sendo sinônimo de comida caseira e identidade alimentar.

Mesa brasileira

Hoje, o feijão-carioca segue como o principal parceiro do arroz na mesa dos brasileiros. Entre os feijões consumidos no País, 80% são do tipo feijão-comum (*Phaseolus vulgaris*) e 20% do feijão-caupi (*Vigna unguiculata*). Entre o feijão-comum, o carioca lidera com cerca de 56% do consumo, seguido pelo preto (21%) e pelos tipos especiais (3%), segundo informações da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Campinas tem rede de proteção à mulher

Em Campinas, a Prefeitura oferece uma série de serviços e políticas públicas voltados ao atendimento, proteção e autonomia das mulheres. As ações também ajudam a promover a reflexão sobre a violência de gênero e destacar as iniciativas voltadas ao enfrentamento desse problema no Brasil. No município há 20 iniciativas que envolvem áreas como saúde, educação, empreendedorismo e, acolhimento em casos de violência.

Os destaques da rede de proteção às mulheres em situação de violência são: Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo): oferece acolhimento a mulheres em situação de violência de gênero, com apoio psicossocial e orientação jurídica; Casa da Mulher Campineira: espaço voltado à capacitação profissional e empreendedorismo feminino. As participantes podem frequentar cursos e palestras, além de expor seus produtos na Feira da Mulher Empreendedora. A

Casa também certifica empresas comprometidas com a equidade de gênero por meio do selo Empresa Amiga da Mulher; Abrigo Sara-M: acolhe mulheres vítimas de violência e seus filhos, garantindo segurança e apoio em momentos críticos; Guarda Amiga da Mulher (GAMA): programa da Guarda Municipal que monitora o cumprimento de medidas protetivas de urgência. Realiza visitas periódicas às vítimas e atua de forma preventiva; Botão SOS GAMA: aplicativo que permite o acionamento rápido da Guarda Municipal em situações de risco. Utiliza geolocalização para identificar a vítima e acionar a viatura mais próxima; Sala Lilás: espaço exclusivo para acolhimento humanizado de mulheres vítimas de violência.

4 mortes por dia

Segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero, 718 feminicídios foram registrados em todo o país entre janeiro e junho

de 2025, uma média de cerca de 4 mulheres mortas por dia por razões de gênero. Foram contabilizados 33.999 estupros contra mulheres no mesmo período, o que dá uma média de aproximadamente 187 casos por dia.

Esses números são parte de um levantamento elaborado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência, vinculado ao Senado Federal, e fazem parte do Mapa Nacional da Violência de Gênero. Apesar da existência de leis robustas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a criminalização específica do feminicídio no Código Penal, especialistas destacam que a aplicação efetiva dessas normas exige entendimento profundo do contexto social, fortalecimento de redes de apoio e articulação efetiva entre órgãos estatais e civis.

O canal Ligue 180 do Governo Federal segue como ferramenta central para registro de denúncias e orientação às vítimas, de forma gratuita e sigilosa.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Feminicídio e mulher ferida por arma de fogo: alta de 52%